



CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ

PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER Nº: 044/2021

PROCESSO Nº: 1.022/2021

AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

RELATOR: JOSÉ RICARDO ADAMY DA ROSA

MATÉRIA: PROJETO DE LEI

DATA: 18.06.2021

PARECER: FAVORÁVEL

Ementa: “Autoriza a abertura de créditos adicionais especiais no Orçamento do Município de Ijuí para o exercício de 2021, no valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais); autoriza a inclusão de ação nos Anexos III e V da Lei Municipal nº 6.584, de 7 de novembro de 2017; autoriza a inclusão de ação no Anexo I e no Demonstrativo III da Lei Municipal nº 6.995, de 11 de novembro de 2020.”.

1. RELATÓRIO

A matéria em análise tramita nesta Casa Legislativa, sob a forma de projeto de Lei, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, e autoriza a abertura de créditos adicionais especiais no Orçamento do Município de Ijuí para o exercício de 2021, no valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais); autoriza a inclusão de ação nos Anexos III e V da Lei Municipal nº 6.584, de 7 de novembro de 2017; autoriza a inclusão de ação no Anexo I e no Demonstrativo III da Lei Municipal nº 6.995, de 11 de novembro de 2020.

Conforme consta na mensagem do projeto, a proposição ora encaminhada visa aquisição de equipamentos e material permanente para o sistema de segurança eletrônica por meio de videomonitoramento.

Desta forma, será propiciado o aumento na segurança pública de todos os cidadãos, bem como o monitoramento do tráfego de veículos, pessoas e animais, em toda a cidade, melhorando a mobilidade urbana e as condições de segurança da população.

A iniciativa possibilitará um ganho significativo, já que as imagens serão em tempo real, otimizando a resposta dos órgãos de segurança pública e beneficiando diretamente todos os cidadãos, tanto do nosso Município, quanto de visitantes.

O Projeto de Lei em tela encontra-se nesta Comissão, em atendimento as normas regimentais que disciplinam a sua tramitação, estando sob a responsabilidade desta Relatoria, para que seja apresentado o Parecer referente aos aspectos legais, financeiros e orçamentários gerados com o mesmo.

2. PARECER

Em relação aos aspectos legais, o projeto de Lei está adequadamente proposto, sendo de iniciativa exclusiva do Poder Executivo Municipal, conforme dispõe o inciso VI, §1º do artigo 26 da Lei Orgânica, estando em conformidade também com o que dispõe o inciso I do art. 30 da Constituição da República, bem como com o inciso I do art. 5º, e inciso IV do art. 16 da Lei Orgânica Municipal.

Em relação aos aspectos financeiros e orçamentários, o projeto em questão atende ao disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que



CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ
PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

“Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.”.

O Projeto em questão faz também a necessária inclusão das ações correspondentes no Plano Plurianual 2018-2021, Lei nº 6.584, de 7 de novembro de 2017, e Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2021, Lei nº 6.995, de 11 de novembro de 2020.

3. CONCLUSÃO

Considerando os fundamentos legais, financeiros e orçamentários expostos acima e o debate do Processo, esta Relatoria resolve exarar este Parecer de forma favorável à aprovação deste Projeto de Lei.

É o Parecer,
S. M. J.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ, EM 18
DE JUNHO DE 2021.

José Ricardo Adamy da Rosa,
Vereador/Presidente/Relator.

Cleuton Antunes Rolim,
Vereador/Vice-Presidente.

Adalberto de Oliveira Noronha,
Vereador.

Paulo Roberto Fernandes Braga,
Vereador.

Ubiratan Machado Erthal,
Vereador.